

Setor Público nos anos 1990

Objetivos

- Entender a mudança no papel do Estado no Brasil;
 - Estado regulador;
 - Privatização;
 - Finanças e capacidade de investimentos;
 - Reformas institucionais e previdência

Mudança no papel do Estado

- Estado tem que enfrentar a crise financeira;
- Constituição de 1998 mudou o papel do Estado na Economia;
- Estado passou a ser regulador e devia se retirar das atividades produtivas;
- O Neo-liberalismo impôs mudanças na regulação setorial – fim das autarquias de controle setorial – IAA, IBC, entre outros;

Necessidade de Financiamento

Tabela 8.7 Necessidade de financiamento do setor público – Brasil (% do PIB a preços correntes).

Período	Nominal	Operacional	Primária	Juros Reais
1993	64,83	0,80	- 2,18	2,98
1994	26,97	- 1,57	- 5,64	4,07
1995	7,28	5,00	- 0,26	5,26
1996	5,87	3,40	0,10	3,30
1997	6,11	4,31	0,96	3,35
1998	7,93	7,40	- 0,02	7,42
1999	9,98	3,41	- 3,23	6,64
2000	4,48	1,17	- 3,47	4,64
2001	5,17	1,40	- 3,64	5,04
2002	10,27	- 0,01	- 3,89	3,88
2003	3,62	0,88	- 4,26	5,14
2004	2,48	- 2,02	- 4,60	2,58
2005	3,05	2,47	- 4,82	7,29
2006	3,24	1,54	- 4,32	5,86

Fonte: Conjuntura econômica, jan./2007.

Dívida Pública

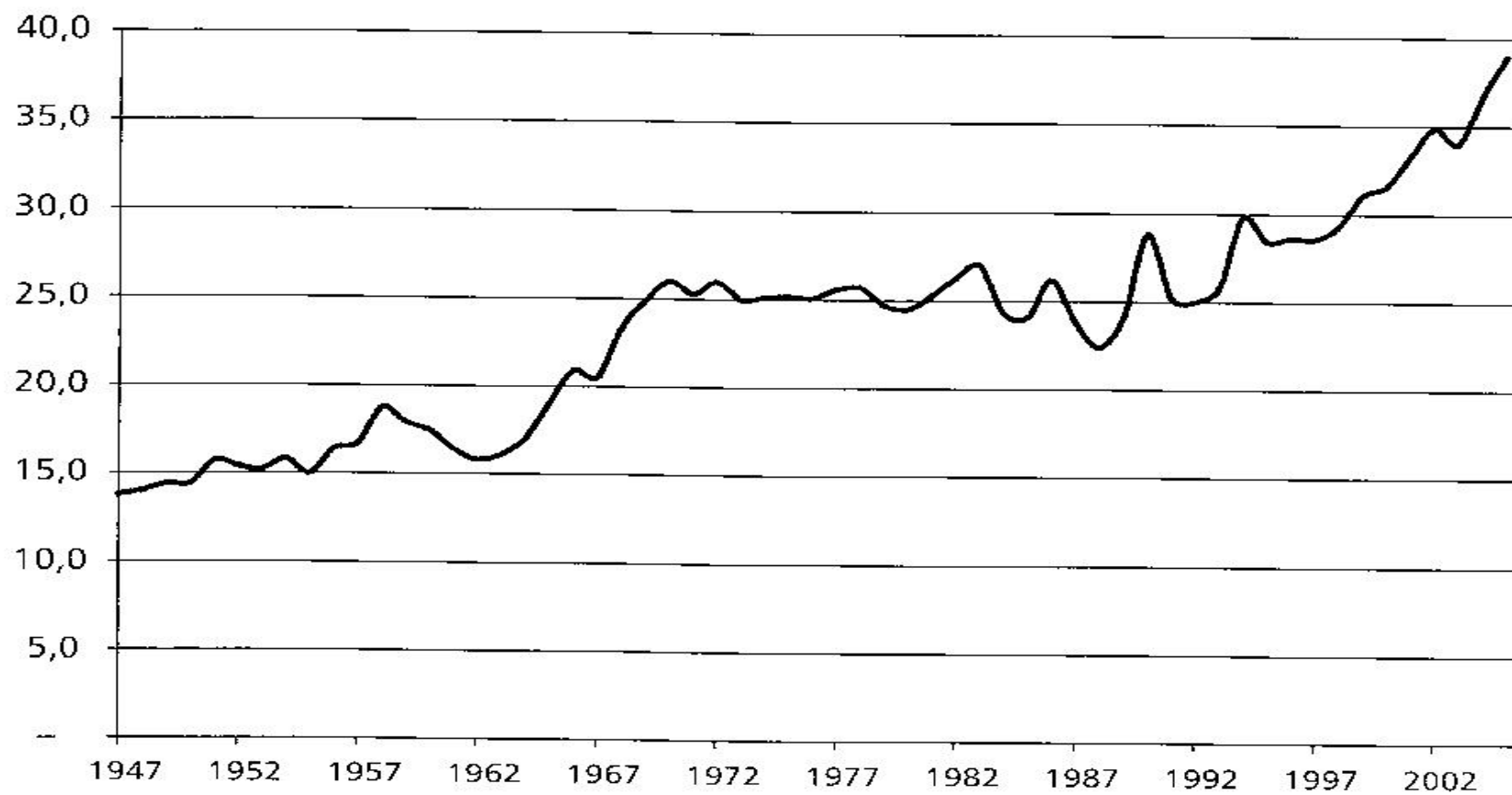
Tabela 8.8 *Evolução da dívida pública (% do PIB).*

Período (dezembro)	Total	Federal e Bacen	Estados e Municípios	Empresas Estatais
1993	32,80	9,60	9,30	13,90
1994	28,50	12,30	9,50	6,70
1995	32,20	14,10	11,10	7,00
1996	33,30	15,90	11,50	5,90
1997	34,58	18,81	13,00	2,78
1998	43,30	26,00	14,70	2,70
1999	49,40	30,20	16,30	2,80
2000	49,50	31,00	16,30	2,20
2001	52,60	32,80	18,30	1,60
2002	56,50	36,00	18,80	1,80
2003	58,70	37,20	20,40	1,10
2004	51,70	32,40	18,90	0,20
2005	51,50	34,10	18,00	- 0,60

Fonte: Boletim do Banco Central.

Evolução da carga tributária

Quadro 8.4 *Evolução da carga tributária bruta no Brasil (% PIB), 1947 a 2005.*



Fonte: Gremaud e Zockum (2006).

Carga tributária

Tabela 8.2 *Carga tributária e suas bases de incidência: 1980-2005.*

Bases de incidência (%) do total)	1980	1985	1990	1995	2000	2003	2005
Comércio Exterior	2,85%	1,66%	1,36%	2,58%	2,31%	1,45%	1,18%
Bens e Serviços	40,70%	41,81%	48,85%	46,68%	46,85%	44,14%	44,30%
Patrimônio	1,10%	0,71%	0,94%	2,72%	3,03%	2,85%	2,75%
Renda	12,28%	21,32%	19,70%	19,35%	15,44%	17,59%	18,23%
Folha Salarial	24,31%	24,27%	22,79%	21,80%	20,83%	21,08%	20,80%
Outros	18,76%	10,22%	6,36%	6,87%	11,54%	12,90%	12,74%
Carga Tributária (%) do PIB	24,52	24,06	28,78	29,41	33,36	35,82	38,94

Fonte: Afonso e Meirelles (2006).

Regresividade da carga tributária

Tabela 8.6 Carga tributária direta e indireta sobre a renda total das famílias no Brasil, em 1996 e 2004.

Renda mensal familiar	Em % da renda familiar						Acréscimo de carga tributária (em pontos de porcentagem)
	Tributação direta		Tributação indireta		Carga tributária total		
	2004	1996	2004	1996	2004	1996	
até 2 SM	3,1	1,7	45,8	26,5	48,8	28,2	20,6
2 a 3	3,5	2,6	34,5	20	38	22,6	15,4
3 a 5	3,7	3,1	30,2	16,3	33,9	19,4	14,5
5 a 6	4,1	4	27,9	14	32	18	14
6 a 8	5,2	4,2	26,5	13,8	31,7	18	13,7
8 a 10	5,9	4,1	25,7	12	31,7	16,1	15,6
10 a 15	6,8	4,6	23,7	10,5	30,5	15,1	15,4
15 a 20	6,9	5,5	21,6	9,4	28,4	14,9	13,5
20 a 30	8,6	5,7	20,1	9,1	28,7	14,8	13,9
mais de 30	9,9	10,6	16,4	7,3	26,3	17,9	8,4

Fontes dos dados primários: IBGE, POF 1995/1996; POF 2002/2003; Vianna et al. (2000); SRF. "A Progressividade no Consumo – Tributação Cumulativa e sobre o Valor Agregado."

Elaboração: Zockum (2005).

Fim do Estado Investidor

Tabela 12.1

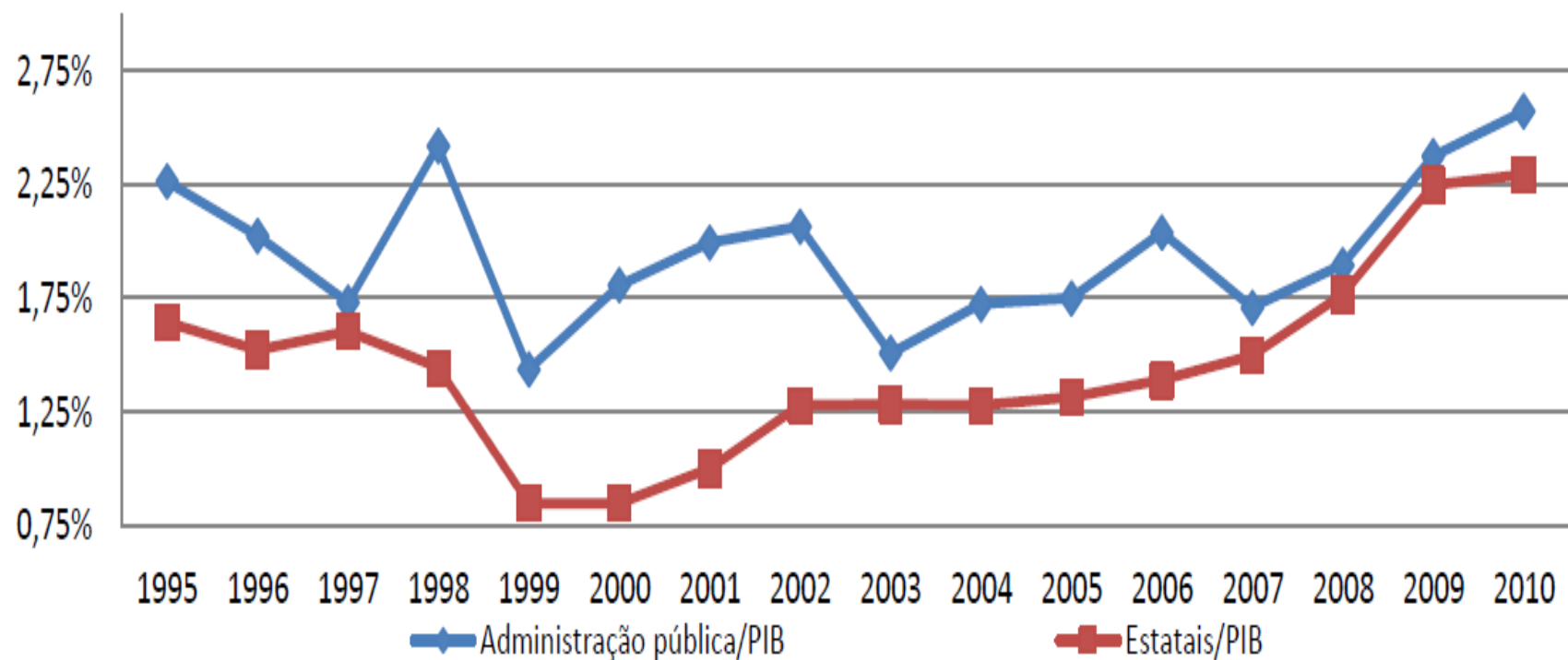
Taxa real do crescimento do PIB e coeficientes de investimento/PIB, 1973-92

	<i>Crescimento real do PIB</i>	<i>Investimento total</i>	<i>Investimento geral do governo</i>	<i>Investimento de empresas públicas federais</i>	<i>Investimento privado</i>	<i>Outros investimentos</i>	<i>Inv. preços 1980</i>
1973	13.94	20,37	3.71	2.09	14.34	0.23	25.58
1974	8.25	21,84	3.86	3.95	13.77	0.28	24.67
1975	5.12	23,33	3.95	4.47	14.60	0.31	25.75
1976	10.17	22,41	4.03	6.54	11.44	0.39	25.01
1977	4.93	21,32	3.29	6.20	11.41	0.43	23.56
1978	4.93	22,26	3.15	5.30	13.03	0.78	23.52
1979	6.77	23,35	2.47	4.46	15.71	0.71	22,89
1980	9.11	22,90	2.37	4.30	15.35	0.89	22,90
1981	-4.39	22,94	2.60	4.58	15.00	0.77	20,98
1982	0.57	21,44	2.35	4.40	14.13	0.55	19,46
1983	-3,41	18,13	1.83	3.87	11.87	0.57	16,90
1984	5,28	16,89	1,90	2,79	11,95	0,24	16,26
1985	7,95	16,95	2,32	2,53	11,71	0,38	16,38
1986	7,58	19,09	3,08	2,25	13,13	0,64	18,73
1987	3,62	22,30	3,21	2,91	15,61	0,58	17,57
1988	-0,08	22,81	3,17	2,86	16,19	0,59	17,02
1989	3,30	24,86	2,93	2,40	18,88	0,64	16,67
1990	-4,04	21,67	3,50	1,45	16,04	0,68	15,98
1991	1,21	18,90	—	—	—	—	15,10
1992	-0,20	17,50	—	—	—	—	14,30

Fonte: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; Centro de Estudos Fiscais, IBRE, Fundação Getúlio Vargas. Retirado de cálculos encontrados em "Public savings and private investment for growth resumption in the Brazilian economy", de Dionísio Dias Carneiro & Rogério L. F. Werneck, Rio de Janeiro, PUC, jun./1993.

Fim do Estado investidor

Gráfico 1 - Evolução dos investimentos públicos em relação ao PIB



- Fonte: Texto para discussão 11 do MF.

O programa de privatização

- 1980: Reprivatização de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, geralmente em função de dificuldades financeiras
- 38 empresas de pequeno porte foi a arrecadação de cerca de US\$ 780 milhões.
- 1990 o Programa Nacional de Desestatização (PND) - cerca de 68 empresas foram incluídas no PND, que foi gerido pelo BNDES:
- As principais atribuições do BNDES:
 - **Licitação e contratação dos consultores** e auditores encarregados de realizar as avaliações econômico-financeiras, as propostas de modelo de venda e a auditoria do processo de venda de cada empresa;
 - **Contratação das empresas** encarregadas da divulgação das informações relativas ao programa;
 - **Supervisionar, acompanhar ou coordenar** os trabalhos dos consultores e auditores até as operações finais de venda.

Resultados das privatizações após a criação do PND – de 1991 a 2001

- Entre 1991 e 1992: desestatizadas 18 empresas dos setores de **siderurgia, fertilizantes e petroquímica**, gerando uma receita de **US\$ 4 bilhões**.
- Entre 1993 e 1994: concluiu-se a desestatização do setor **siderúrgico**, tendo-se arrecadado **US\$ 4,5 bilhões** com a venda de **15 empresas**.
- **Mudanças na legislação**: a ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meios de pagamento, a venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado, e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até **100%** do capital votante das empresas a serem alienadas.
- A partir de 1995 o escopo do PND foi ampliado com as **concessões de serviços públicos** à iniciativa privada (eletricidade, transportes e telecomunicações).
- **Resultados em janeiro de 2002**: **68 empresas** tinham sido privatizadas, rendendo ao Governo Federal um total de **US\$ 28,58 bilhões**.
 - A receita decorrente dessas vendas e do repasse à iniciativa privada de 7 concessões da **Rede Ferroviária Federal**, além do arrendamento para exploração de um terminal de **contêineres**, no **Porto de Santos** e a venda das participações minoritárias que o governo detinha em outras **28 empresas**, chegou a **US\$ 37,78 bilhões** – incluindo a **transferência de US\$ 9,2 bilhões** em dívidas para a iniciativa privada.

Resultados das privatizações após a criação do PND – de 1991 a 2001

- O recorde de receita foi estabelecido com a venda da **Companhia Vale do Rio Doce**, leiloada por US\$ 6,858 bilhões (incluindo a transferência de US\$ 3,559 bilhões em dívidas).
- Entre 1998 e 2001 ocorreram várias privatizações no setor de energia e telecomunicações.
- Em julho de 1998, o governo federal vendeu as 12 *holdings* criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás. Essa venda propiciou a arrecadação de US\$ 22 bilhões.
- Esse movimento continuou em 1999 e 2000, com a venda das concessões para exploração de quatro áreas de telefonia fixa e também na área de energia.
- No final de 2001, o PND contabilizava uma receita total oriunda das privatizações da ordem de US\$ 82 bilhões, além de US\$ 18 bilhões de transferências de dívidas.

Resultados das privatizações após a criação do PND – de 1991 a 2001

- O PND levou o Brasil de uma “Economia de Renda” para um “Capitalismo de Laços”
- Privatizações foram possíveis com o apoio do BNDES e dos Fundos de Pensão.
 - Previ
 - Petros
 - Funcef
 - Outros

Privatizações

Tabela 12.5
Privatizações na década de 1990 (até janeiro de 2000, milhões de US\$)

	<i>Número de empresas</i>	<i>Receita</i>	<i>Dívida transferida</i>	<i>Total</i>
Aço	8	5.562	2.626	8.188
Petroquímicos	27	2.698	1.003	3.701
Ferrovias	7	1.698	-	1.698
Mineração	2	3.305	3.559	6.864
Telecom	24	26.644	2.125	28.769
Energia	3	3.907	1.670	5.577
Doutros	18	1.471	434	1.814
Participação	--	1.040	--	1.040
Nível federal	89	46.325	11.326	57.651
Nível estadual	28	22.736	5.223	27.959
Total	117	69.061	16.549	85.610

Fonte: BNDES e Castelar Pinheiro & Giambiagi, 1999, p. 21.

Economia de Laços

- Privatizações manteve a presença do Estado nos conselhos das empresas.
 - Fundos de Pensão;
 - BNDES;
 - Participações minoritárias com direito a voto;

Atividade de pesquisa

- Levantar dados sobre a previdência social no Brasil;
- Pesquisar os determinantes do saldo da previdência;
- Pesquisar projeções de resultados e opções para melhor gestão.